



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

Estado de Mato Grosso do Sul

*Este projeto foi aprovado
conforme ofício recebido
em 26/1/89, Nº 017/89*

^{89 A.}
~~PROPOSTA~~ LEI Nº 001 DE 25 DE JANEIRO DE 1989.

Adota, a aplicação de uma ta
xa, destinada ao melhoramen
to do serviço de iluminação
pública.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL-MS, votou e aprovou
a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada uma taxa de iluminação pública destinada a a
tender as despesas de consumo de energia elétrica, operaçã
o, e melhoramento do serviço de iluminação pública prestado pela
Prefeitura Municipal e que incidirá sobre cada prédio.

§ 1º - Dos prédios citados neste artigo serão considerados
como unidade autônomas, para efeito de cobrança da taxa, os apartam
entos, salas comerciais ou não, lojas, sobrelojas, boxes e demais u
nidades em que o prédio for dividido;

§ 2º - A taxa incidirá sobre os prédios localizados;

a) - em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as lu
minárias estejam instaladas em apenas um dos lados;

b) - em todo o perímetro das praças públicas, independen
te da distribuição das luminárias;

c) - em todo o perímetro urbano mesmo sem iluminação públi
ca pois é usada a iluminação pública existentes nas principais vias
públicas que servem de acesso aos locais sem iluminação;

§ 3º - Será responsável pelo pagamento da taxa de ilumina
ção o titular responsável pelo uso da unidade imobiliária autônoma.

Art. 2º - Entende-se por iluminação pública, aquela que esteja dire
ta e regularmente ligada a rede distribuidora de energia elétrica da
ENERSUL e sirva exclusivamente a via pública ou qualquer logradouro



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

Estado de Mato Grosso do Sul

Continuação do Projeto de Lei nº 001

público de livre acesso permante.

Art. 3º - O valor da taxa de iluminação pública será cobrado em duo'
décimos, sempre baseado em percentuais da tarifa de iluminação públi
ca vigente, até os limites abaixo estabelecidos:

a) - Contribuintes Residenciais

Faixa de consumo - % da tarifa de iluminação
de 31 a 100 Kwh - 2
de 101 a 200 Kwh - 4
de 201 em diante - 5

b) - Contribuintes Comerciais e Industriais

Faixa de consumo - % da tarifa de iluminação
de 31 Kwh a 100 Kwh - 5
de 101Kwh a 200 Kwh - 10
de 201 Kwh em diante 15

Parágrafo Único: - Esta taxa será reajustada toda vez que
houver variação das tarifas de iluminação pública conforme Portaria
do DNAEE. O reajuste se fará na mesma proporção da variação da tari
fa.

Art. 4º - Estão isentos da taxa os prédios ocupados por órgão do Go'
verno Federal, Estadual, Municipal, Autarquias, Empresas de Economia
Mista, Templos de qualquer culto, partidos políticos e instituições
de Educação ou Assistência Social.

§ 1º - Estão igualmente isentos do pagamento da taxa, nos
prédios ou unidades autônomas dos mesmos, os contribuintes cujo con'
sumo de energia elétrica mensal for igual ou inferior a 30 Kwh (trin
ta quilowatts HORA) nas ligações monofásicas residenciais.

§ 2º - Gozarão, também de isenção da taxa os prédios situa
dos em logradouros que a partir de três anos contado da data da assi



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

Estado de Mato Grosso do Sul

Continuação do Projeto de Lei nº 001

natura do convênio de que trata o Artigo 6º da presente lei permane-
ceram sem os serviços de iluminação pública. Tal isenção cessará, au-
tomaticamente, logo que se verifique a instalação de iluminação pú-
blica nos locais onde situam-se os mencionados prédios.

Art. 5º - O produto da taxa ora criada constituirá receita destinada
a cobrir os serviços e dispêndios da Municipalidade, decorrentes da
instalação, manutenção, operação e consumo de energia elétrica para
iluminação pública, bem como para melhoramento e ampliação do servi-
ço.

§ 1º - A renda obtida será destinada prioritariamente ao
pagamento do consumo de energia elétrica, e o saldo se houver nos
de mais serviços.

Art. 6º - A cobrança da taxa será feita pela Prefeitura Municipal
por intermédio da ENERSUL, através da conta mensal de fornecimento
de energia elétrica, mediante convênio que disporá sobre a execução,
pela mesma, das instalações e serviços de iluminação pública, bem co-
mo a respectiva operação e manutenção.

§ 1º - Firmando o convênio, a ENERSUL contabilizará e rece-
berá mensalmente, o produto da arrecadação, em conta especial, em
estabelecimento bancário e fornecerá a Prefeitura, no decorrer do
mês seguinte aquele em que se operou o recolhimento, o demonstrativo
da arrecadação.

§ 2º - A ENERSUL fica eximida de qualquer responsabilidade,
de, pelo não pagamento da taxa de iluminação pública, por parte do
contribuinte.

§ 3º - Na data do vencimento da fatura de iluminação públi-
ca a Prefeitura Municipal efetuará o pagamento, utilizando os recur-
sos provenientes da arrecadação da taxa de iluminação pública atra-
vés do débito direto à conta especial de que trata o § 1º deste arti-
go. O eventual saldo da conta especial será utilizado para pagamen-
to da substituição de lâmpadas, manutenção e melhoria dos serviços



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

Estado de Mato Grosso do Sul

Continuação do Projeto de Lei nº 001

de iluminação pública.

Art. 7º - A execução de projetos especiais de iluminação para aveni^{das}, praças, parques, jardins, monumentos, pátios internos etc... as despesas com sua manutenção, operação e administração bem como, ins^{ta}lação de indicadores luminosos de ruas e a execução de iluminação temporária (decorativa ou festiva) feita provisoriamente ou por qual^{quer} outro meio ficarão a cargo da Prefeitura Municipal mediante re^{cur}sos financeiros próprios.

Art. 8º - A Prefeitura Municipal fará comunicação antecipada à ENER^{SUL} sobre a execução de iluminação do tipo que se enquadre entre a^{que}les mencionados no Artigo anterior, para efeitos de exame da via^{bilidade} técnica à rede de distribuição e registro da carga instala^{da} para fins de faturamento da conta de energia elétrica.

Art. 9º - A Prefeitura Municipal providenciará no seu orçamento de iⁿvestimentos para o ano de 1989, os recursos necessários a expansão da rede de Iluminação Pública nos locais onde a mesma não existe, vi^sando atender o parágrafo 2º do Artigo 4º. Caso isto não ocorra, a ^{Prefeitura Municipal} será responsável pelo pagamento da diferença en^{tre} a renda da taxa de iluminação pública e a despesa de iluminação pública.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, re^vogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Chapadão do Sul,

Alirio José Bacca
ALÍRIO JOSÉ BACCA

Presidente

SANÇÃO

EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Esta^{do} de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Chapadão do Sul aprovou por



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



unanimidade e eu sanciona o presente projeto de lei, tal como se encontra redigido.-

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, de -
28 Janeiro de 1.989.

CHAPADÃO DO SUL MS

Eduardo Raimundo Schultz

Prefeito Municipal